

ESPLANADA GERAL

Ano XXIII - Nº 439 - 02 a 15 abril de 2012 - Boletim do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal - Brasília-DF

GOVERNO DESAFIA SERVIDORES

Toda força na paralisação nacional dia 25 de abril



28/03: setores da base do Sindsep-DF no ato nacional

Na quinta reunião de negociação com o Fórum Nacional composto por 31 entidades, entre elas a CUT e a Condesf, dia 28/03, o governo simplesmente desdenhou da pauta da Campanha Salarial Unificada, reafirmando que a intenção é manter a política de correção das distorções salariais entre as carreiras, cujas negociações devem ocorrer ao longo do mês de abril. Segundo o secretário de Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, a proposta das entidades de correção linear na ordem

de 22,08% é incompatível com a política do governo (ver a íntegra do relatório da Condesf no www.sindsep-df.com.br).

A reunião foi acompanhada em tempo real por milhares de servidores que participaram pela manhã do ato nacional pelo atendimento das reivindicações. Isso levou o secretário a recuar minimamente na proposta de estender as negociações até 31 de agosto, antecipando o prazo para 31 de julho. Uma nova reunião foi agendada para o dia 24 de abril, véspera da paralisação nacional dos federais.

O presidente da CUT nacional, Artur Henrique, criticou a postura do governo ao falar no caminhão de som que não dá mais para aceitar que o governo faça um discurso para fora, criticando o arrocho que o FMI impõe aos países em crise que precisam de seus empréstimos, argumentando que isso só prejudica os trabalhadores, os aposentados e os mais necessitados, e internamente, fazer outro discurso. "Lá fora é uma coisa. Aqui o governo se recusa a dar um reajuste salarial

aos servidores, em nome do controle fiscal, mas ninguém diz uma palavra sobre os mais de R\$ 200 bilhões usados no pagamento dos juros da dívida, que beneficia os detentores da dívida pública, especialmente os especuladores," disse Artur. Brasília teve uma participação expressiva no ato, com centenas de servidores representando 24 setores. No entanto, para a direção do Sindsep-DF é preciso intensificar a mobilização em todos os órgãos para potencializar uma maior adesão ao Dia

Nacional de Luta (25/04). "Os servidores de Brasília, por estarem na sede do governo federal, precisam cobrar dos dirigentes do seu órgão envolvimento e empenho para a conquista das reivindicações. Não podemos permitir que tais dirigentes lavem as mãos das demandas dos servidores transferindo toda a responsabilidade para o secretário de Relações de Trabalho. A responsabilidade é do governo como um todo", afirmou Oton Pereira Neves, secretário-geral do sindicato.

25/04 - DIA NACIONAL DE LUTA

Pelo atendimento das reivindicações dos servidores

Ato / Assembleia

dia 4 de abril

Eleita última assembleia dos servidores do Ministério da Educação (MEC), dia 21/03, a Comissão de Organização e Mobilização do setor convoca um novo ato, seguido de assembleia para a quarta-feira, dia 4/04, às 9h, na entrada do edifício sede do órgão.

A comissão – formada pelos servidores Marta Rosângela, Heitor, Rodrigo, Flávio, Janice, Carlos Ximenes, Dimitri, Sales, Anna Lourdes, Márcio, Cláudio, Rosário, Lucimar e Fernando Goulart – se reuniu pela primeira vez no dia 26/03 para traçar estratégias para a luta da categoria.

Sobre o Plano de Carreira, a comissão discutiu a importância de fortalecer as instâncias coletivas de participação democrática do MEC e de rechaçar as pessoas ou grupos que buscam dividir os servidores na

luta pelo Plano de Carreira.

A comissão ainda reafirmou os princípios que devem nortear a luta pelo Plano de Carreira: paridade ativo/aposentado; não separação entre os diversos níveis; progressão vertical (por tempo de serviço) e horizontal (por qualificação); tabelas condizentes com as das carreiras

do INEP, do FNDE e da Ciência e Tecnologia.

Discutiu também a possibilidade de negociar uma gratificação a título de antecipação ao plano de carreira e definiu que na reunião com o ministro Mercadante os servidores devem colocá-lo a par dos acordos anteriores, histo-

riando tudo que foi firmado com o ex-presidente Lula; o ex-ministro da Educação, Fernando Haddad; o secretário-executivo José Henrique Paim, e o falecido secretário de RH, Duvanier Paiva.

Os membros da comissão também aprovaram a manutenção de uma mobilização permanente no Congresso para a coleta de assinaturas dos parlamentares em apoio ao Plano de Carreira dos servidores do MEC, além do encaminhamento de ofício no mesmo sentido à Frente Parlamentar em Defesa do Serviço Público.



Ato seguido de café da manhã dos servidores do MEC, dia 21/03

MAPA

Segurança na Esplanada: uma questão de estratégia

Os servidores do Ministério da Agricultura (MAPA) realizaram um ato dia 22/03, no estacionamento do edifício anexo, para cobrar mais segurança no local. A atividade contou com a participação dos servidores dos ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), da Saúde e do Trabalho e Emprego (MTE), reunindo cerca de 400 pessoas.

No mesmo dia foi protocolada uma carta ao ministro Jorge Alberto Portanova, com uma lista de servidores que já sofreram algum tipo de violência no estacionamento aberto do órgão e as assinaturas de apoio ao movimento intitulado “Segurança na Esplanada:



Ato contra a violência no estacionamento do anexo do MAPA, dia 22/03

uma questão de estratégia”, organizado pelo Sindsep-DF em conjunto com a ASFAGRO, ANFFA-SINDICAL, ANTEFFA, ASTECAA, ANBENE e ANSA.

Uma comissão de segurança composta por servidores

do MAPA foi criada para discutir a questão com a direção do órgão. Já foram realizadas três reuniões com o secretário-executivo do ministério, José Carlos Vaz, para a busca conjunta de uma solução para os ca-

sos de assaltos, sequestros relâmpago e arrombamentos de veículos nos estacionamentos da Esplanada dos Ministérios.

A intenção é difundir o movimento em todos os órgãos da Esplanada, de forma que cada ministério componha sua comissão, levante seus dados, apresente suas propostas e possa posteriormente ampliar a discussão com a participação de todos e resolver de forma conjunta a questão da segurança. O movimento já conseguiu reunir 678 assinaturas de apoio, 70 servidores que sofreram alguma perda ou abordagem e 17 boletins de ocorrência.

Aposentadoria por invalidez

Vitória dos servidores: Emenda garante proventos integrais

O Congresso Nacional promulgou no dia 29/03 a Emenda Constitucional (EC) 70 (originária da PEC 270/08), que assegura ao servidor público que ingressou na carreira até 31 de dezembro de 2003 o direito de se aposentar por invalidez com proventos integrais e garantia de paridade. A EC corrige uma distorção da Emenda Constitucional 41, de 2003 (reforma da Previdência).

O texto dá prazo de 180 dias para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, com suas respectivas autarquias e fundações, procederem a revisão das aposentadorias por invalidez permanente e pensões delas decorrentes, concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004.

Nos próximos dias, o Sindsep-DF orientará os seus filiados a como proceder para obter a revisão das aposentadorias.

Expediente

Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Distrito Federal – SINDSEP-DF - Fone: 3212-1900. Conselho Editorial: Secretaria de Comunicação: Carlos Henrique (coordenador), Moisés Alves da Consolação e Reginaldo Dias da Silva (adjuntos) e Secretária Geral: Oton Pereira Neves (coordenador), Reinaldo Magalhães Redorat e Elizabeth Gomes de Andrade - Bete (adjunto) – Jornalista Responsável: Giselle do Valle (DF2361JP) – Gabriella Avila – Diagramação: André Filho – Fotos: Jane Franco – Tiragem: 20.000 – Impressão: Intergraf – Contribua com a elaboração do “Esplanada Geral”. Envie as notícias do seu local de trabalho para imprensa@sindsep-df.com.br



21/03: Marcha dos servidores da Saúde e da Funasa em direção à Casa Civil

MSaúde/Funasa

Servidores realizam assembleia conjunta no dia 10

Na próxima terça-feira, dia 10/04, os servidores do Ministério da Saúde e da Funasa realizam assembleia em frente ao MSaúde, a partir das 10h, para acompanhamento e debate das negociações com o governo da proposta de tabela salarial do setor.

No dia 21/03 os servidores da Funasa e do Ministério da Saúde participaram de mais um de uma série de atos que vêm sendo realizados para cobrar avanços nas negociações. No momento a proposta está no

Ministério do Planejamento e aguarda encaminhamento para a Casa Civil.

O ato repercutiu positivamente. Além da grande participação dos servidores de ambos os órgãos, seus representantes (secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves; a diretora Ada Regina; a coordenadora da Seção Sindical, Ana Daniela; a diretora do Sindprev-DF, Ana Maria; o diretor da Condsef e do Sindsep-DF, Carlos Henrique; diretor do Sindsep-DF, César Melchades; a

diretora do Sindprev-DF e do Sindsep-DF, Antonia Ferreira; e Selma da Silva, delegada sindical do Sindsep-DF) foram recebidos pelo assessor da Casa Civil, Manoel Messias, e, logo depois, pelo secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça. Na reunião, o secretário assegurou que a proposta da nova tabela foi incluída na pauta de negociações específicas com a Condsef, cujas reuniões serão realizadas ao longo do mês de abril.

Hospital das Forças Armadas

Vitória do Sindsep-DF: Celetistas garantem carga horária de 30 horas

O Sindsep-DF assinou o acordo Coletivo de Trabalho 2012/2014, que beneficia os empregados públicos do Hospital das Forças Armadas (HFA), regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Os termos do acordo foram aprovados em assembleia do setor no dia 25 de janeiro deste ano. Assinam o documento o secretário-geral do Sindsep-DF, Oton Pereira Neves, e a diretora Valda



26/03: assembleia dos servidores do HFA

IMBEL

Renovação do ACT

Na segunda-feira, dia 2/04, as entidades sindicais que representam os servidores da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) se reúnem para negociar a renovação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), na cidade de Piquete, em São Paulo, onde se concentra o maior número de servidores do órgão. A reunião será com os cinco sindicatos que têm representação na base da IMBEL nos municípios onde ela está sediada, entre eles o Sindsep-DF que passou a representar os servidores de Brasília.

No dia 23/03, as entidades se reuniram no Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST/MPlanejamento) para tratar da pauta de reivindicações da categoria, que informou que o plano de cargos do setor sofreu alguns ajustes e aguarda a aprovação da ministra Miriam Belchior.

No dia 21/03, a direção do Sindsep-DF se reuniu com a direção da IMBEL para tratar da renovação do ACT, que venceu no dia 31/03, e das reivindicações específicas dos servidores lotados no DF. Estavam presentes na reunião o superintendente de Recursos Humanos, Cláudio Valim, o advogado-geral da Imbel, René Dellagnezze, e a chefe de seção de RH da Sede/Brasília, Ana Paula da Silva. Pelo Sindsep-DF estavam o secretário-geral Oton Pereira Neves, e o coordenador da Secretaria de Assuntos Jurídicos, Reinaldo Felipe, e o coordenador da Seção Sindical do Sindsep-DF na IMBEL, José Augusto Firmo Vieira.

Essa foi a primeira reunião com o Sindsep-DF e a direção da IMBEL se comprometeu a responder a todas as reivindicações específicas dos servidores de Brasília.



21/03: direções do Sindsep-DF e da IMBEL em reunião

Eustáquia e o diretor do HFA, brigadeiro-médico José Maria Lins Calheiros.

ACT reduz a carga horária dos celetistas para 30 horas semanais (nos moldes do artigo 7º, XIII e XIV, da Constituição Federal), mantendo o turno ininterrupto de 12 horas de trabalho. O acordo já está em vigor e valerá até o dia 31 de agosto de 2014. Acesse a íntegra do ACT na página do Sindsep-DF (www.sindsep-df.com.br).

Estatutários mantêm mobilização

Os servidores do HFA realizaram uma assembleia dia 26/03 e decidiram manter a mobilização no órgão pela reestruturação do plano de carreira do setor. A reivindicação está na agenda de negociações da Secretaria de Relações do Trabalho (SRT/MPlanejamento) com a Condsef, a qual deve ser discutida ao longo do mês de abril.

Contra a sanção presidencial do PL 1992

Em votação “simbólica” no dia 28/03, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 02/2012 (originário do PL 1992/07), que acaba com a aposentadoria integral para os servidores com remuneração superior ao teto do Regime Geral da Previdência Social, de R\$ 3.916,20. O texto aprovado cria três fundações de Previdência Complementar do Servidor Público Federal, uma para cada poder: Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud.

Para complementar a aposentadoria, o futuro servidor terá que pagar a previdência complementar. A criação das entidades deve ocorrer até 180 dias após a publicação da lei no Diário Oficial da União (DOU). Até o fechamento desta edição, a lei não havia sido sancionada. Pelo texto, o novo regime só passará a valer para as aposentadorias de servidores que ingressarem no ser-

viço público após sua implementação. O Sindsep-DF considera inaceitável a aprovação do PL, por entender que a criação das fundações representa um retrocesso para o funcionalismo público, visto que a aposentadoria é uma conquista da classe trabalhadora, cujo princípio é a solidariedade entre as gerações, ou seja, quem está trabalhando mantém a aposentadoria de quem já deu sua contribuição laboral. Por isso, o sindicato defende que em vez de retirar direitos do servidor público, o governo dos trabalhadores deveria estender a aposentadoria integral aos trabalhadores da iniciativa privada. O Sindsep-DF espera que a presidenta Dilma Rousseff atenda aos apelos do funcionalismo e não sancione a lei, inclusive para ser coerente com o discurso do governo de austeridade fiscal, visto que no ato de sua criação serão retirados do Tesouro Nacional R\$ 100 milhões para dar início ao custeio das três fundações.

Código Florestal

Sindsep-DF é contrário ao texto do PL 1876

Um acordo entre os líderes partidários e o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT/RS), no dia 27/03, transferiu a votação do Código Florestal (PL 1876/99) para o mês de abril, mas sem data definida. Aprovada em maio de 2011 no plenário, a matéria retornou à Câmara na forma de um substitutivo do Senado Federal.

O Sindsep-DF é contrá-

rio às mudanças no Código Florestal, pois considera que a flexibilização da lei só agravará a situação de muitos brasileiros vítimas de enchentes e da seca em diversas regiões do país. Para o sindicato, é inadmissível que a legislação brasileira retroceda ao desconsiderar que os recursos naturais protegidos pelo atual Código Florestal, especialmente a água, são imprescindíveis às atividades produtivas

em geral e à manutenção da qualidade de vida de toda a população, seja urbana ou rural.

Dentre os principais retrocessos apontados pelos servidores da área ambiental estão: a anistia para quem desmatou; ausência de preocupação com a garantia da função ecológica das áreas de preservação permanente (APPs); inúmeras fragilidades para a fiscalização da lei.

Plantão Jurídico na Fazenda e no MEC



Acima: atendimento no edifício Órgãos Centrais do Ministério da Fazenda/Abaixo: atendimento na Seção Sindical do MEC

De 27 a 30 de março, a Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindsep-DF levou o Plantão Jurídico aos servidores dos ministérios da Fazenda (Órgãos Centrais) e da Educação (MEC). Na Fazenda a ação aconteceu nos dias 27 e 28/03 e no MEC, dias 29 e 30/03. Nos quatro dias, dezenas de servidores foram atendidos e puderam esclarecer dúvidas sobre processos em andamento e também entrar com ações na Justiça (acesse a publica-

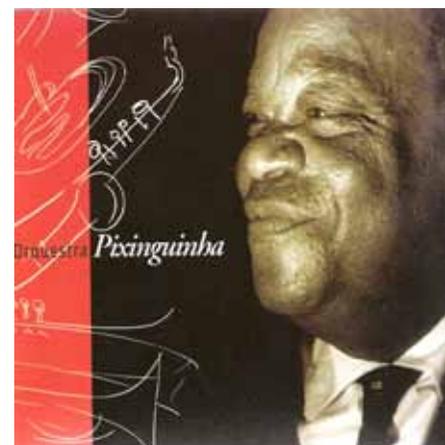
ção “Sindsep-DF na Luta” para conhecer a íntegra das ações gerais e específicas movidas pelo sindicato).

Nos dias 2 e 3/04, a ação se repete no Ministério da Fazenda, edifício Alvorada (procurar a administração local, Sr. Luiz - fone: 3412-7676), com atendimento das 9h às 12h e das 13h às 17h, e nos dias 9 e 10/04, na sede do Ministério da Fazenda - Esplanada dos Ministérios (procurar Sr. Valdemar - fone: 3412-2034).

Dica Cultural

Pixinguinha: exposição no CCBB

A mostra percorre a vida do grande compositor e instrumentista, contando um pouco da história da música brasileira. São materiais colhidos em diversas coleções públicas e particulares, como MIS – Museu da Imagem e do Som, Fundação Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Museu Villa-Lobos, Coleção G. Ermakoff e, especialmente, do Instituto Moreira Salles, onde o acervo de Pixinguinha está depositado para recuperação e divulgação ao público.



Local: Centro Cultural Banco do Brasil - SCES, Tr. 2, Conjunto 22 - Asa Sul - (61) 3108-7600

Data: De terça a domingo, das 9h às 21h

Entrada franca

De: 13/03/2012 a 06/05/2012